

Semana Parlamentar Europeia: Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE e Conferência do Semestre Europeu

Síntese da Presidência

Sessão plenária de abertura: Investir na nossa resiliência climática, social e económica: Quais são as principais prioridades políticas?

A sessão plenária da Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE / Conferência do Semestre Europeu / Semana Parlamentar Europeia, decorreu na tarde do dia 22 de fevereiro, subordinada ao tema: Investir na nossa resiliência climática, social e económica: Quais são as principais prioridades políticas? e foi co-presidida pelo Presidente do Parlamento Europeu, David Maria Sassoli e pelo Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues.

Esta sessão contou com as intervenções de António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, Kristalina Georgieva, Diretora-Geral do FMI, Charles Michel, Presidente do Conselho Europeu, Úrsula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia e Christine Lagarde, Presidente do BCE.

Quer os Presidentes dos dois Parlamentos, quer os oradores subsequentes, referiram como grande prioridade a vitória sobre a pandemia, sem a qual tudo é frágil e contingente, salientando que nessa batalha não é possível voltar ao antigo “normal”, mas sim tornar a retoma económica - e socialmente inclusiva -, investindo no capital humano e assentando, ainda, num novo paradigma que não esgote os recursos, beneficiando antes uma economia circular e hipocarbónica e aliando a ambição

climática e a digital. Vários referiram, ainda, a importância de ratificar com celeridade a decisão relativa aos recursos próprios, essencial para dar combustível à economia europeia, matéria esta que está nas mãos dos Parlamentos da UE.

Estas foram ideias que enquadraram, igualmente, o debate que se seguiu, na segunda parte da reunião, sobre o ponto de situação da preparação dos planos nacionais de recuperação e resiliência, co-moderado pelas Vice-Presidentes do Parlamento Europeu, Dita Charanzová e da Assembleia da República, Edite Estrela.

Da sessão plenária, ficou clara a existência de uma vontade comum de ultrapassar, em conjunto, uma crise sem precedentes. Foi ainda referido que cabe aos Parlamentos, enquanto - citando Charles Michel - *corações que batem na nossa democracia europeia*, um papel essencial neste processo.

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) - Resiliência e recuperação da crise decorrente da COVID-19: prioridades económicas e orçamentais para o investimento e as reformas

Na reunião que decorreu na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários foram debatidas as prioridades económicas e orçamentais que deverão orientar o investimento e as reformas a executar pelos Estados Membros no âmbito dos seus Planos nacionais de Recuperação e Resiliência.

Os fundos necessários para a concretização destes planos nacionais virão do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Sendo este um pacote financeiro sem precedentes da União Europeia, é exigido um maior escrutínio e controlo institucional, por parte dos parlamentares nacionais e europeus, para garantir que os recursos sejam alocados aos setores sociais e económicos que mais sofreram com a pandemia sem perder o sentido orientador dos desafios específicos para cada país, identificados no contexto do Semestre Europeu.

Na discussão foi destacada a importância da rápida resposta comum por parte da União Europeia às consequências sociais e económicas causadas pela pandemia da Covid-19, apelando-se, por um lado, à manutenção das medidas de apoio adotadas relativamente às empresas e famílias, particularmente, a flexibilidade das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, e por outro, destacando-se a oportunidade de uma reconstrução económica baseada num desenvolvimento sustentável visando uma transição justa e digital com uma aposta forte no investimento público e privado.

Assim, para dar continuidade ao processo do Plano de Recuperação e Resiliência, realçou-se a importância da ratificação da Decisão sobre os Recursos próprios por parte de todos os Estados Membros.

As conclusões do presente debate pretendem ser um contributo útil para o escrutínio das estratégias de cariz económico e orçamental a adotar pelos Estados Membros nos seus planos de recuperação, devendo promover medidas para tentar minimizar os desequilíbrios internos no seio da União Europeia através de uma convergência na recuperação económica e social.

Comissão dos Orçamentos (BUDG) - O orçamento da UE no centro do plano de recuperação. Instrumento europeu de recuperação, quadro financeiro plurianual e recursos próprios: novas intersecções entre as competências do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais

O painel da Comissão dos Orçamentos debruçou-se sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (Mecanismo) cujo acordo político foi recente alcançado no Parlamento Europeu e, com o qual, todos nos congratulámos. O Mecanismo constitui o principal instrumento financeiro do *NextGeneration EU*, destinado a financiar o **Plano de Recuperação Europeu, que permitirá um apoio, sem precedentes**, ao relançamento da economia europeia.

Houve um largo consenso sobre a importância deste reforço significativo do pacote financeiro de ajuda aos Estados-Membros para fazer face aos impactos negativos, económicos e sociais, da atual crise sanitária. Para financiar a recuperação, a UE irá contrair empréstimos nos mercados a taxas mais favoráveis do que aquelas que muitos Estados-Membros poderiam isoladamente obter. Registámos convergência de opinião sobre a necessidade de todos os Parlamentos dos Estados-Membros ratificarem a decisão relativa aos recursos próprios, como já sucedeu aliás com Portugal.

Estão reunidas as condições para os Estados-membros começarem a submeter oficialmente os seus Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência (Planos), até 30 de abril, para poderem aceder a estes fundos, depois de terem sido avaliados pela Comissão Europeia e adotados pelo Conselho, atualmente sob presidência portuguesa.

Discutiram-se as possíveis dificuldades e constrangimentos que se anteveem para as próximas etapas deste processo, relacionadas nomeadamente com a definição das

regras deste Mecanismo que irão determinar a aprovação dos Planos. Sendo esta uma oportunidade única para os Estados-membros e para a UE, constitui também um desafio.

Em conclusão, num contexto de aprofundamento da governação multinível, reconheceu-se como essencial o reforço da dimensão parlamentar e a boa articulação entre Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais, o que requererá o apuramento dos mecanismos de colaboração interinstitucionais que assegurem uma maior eficácia neste exercício conjunto de escrutínio.

Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) : O plano de recuperação e resiliência: sinergias entre o Pacto Ecológico Europeu e a via para construir uma União Europeia da Saúde mais resiliente

A 4.^a Sessão (ENVI) da Conferência, instituída pelo Artigo 13 do Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária, foi subordinada ao tema: “O Plano de Recuperação e Resiliência: sinergias entre o Acordo Verde Europeu e o caminho para a construção de um União Europeia da Saúde mais resiliente”.

As discussões centraram-se na identificação dos mecanismos com os quais a Europa pode lidar com as atuais crises de saúde, de uma forma sustentável rumo a uma união neutra do carbono em 2050. Foi sublinhada a importância de garantir que todos os planos de recuperação dos Estados-Membros estão em conformidade com a realização dos objetivos gerais do Pacto ecológico europeu.

Foram também examinadas questões relacionadas com a necessidade de articular as agendas de saúde pública, clima e ambiente da União, para que seja possível uma gestão sustentável de futuras crises, a fim de tornar os sistemas de saúde europeus mais resilientes.

Além disso, foi também abordada a implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento em tempos de pandemia rumo à transição digital e reconstrução verde das economias da EU.

Co-moderada por Pascal Canfin, Presidente da Comissão de Ambiente, Saúde e Segurança Alimentar do Parlamento europeu e por Luís Graça, Deputado, Vice-Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território do Parlamento Português Assembleia da República.

Intervenção de abertura por Frans Timmermans, Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia e Laurence Boone, Economista principal da OECD e Adjunta do G20 em matéria de finanças.

Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) - Reforço e implementação da dimensão social: como integrar o Pilar dos Direitos Sociais nos planos de recuperação e resiliência?

Do ponto de vista do emprego e da situação social, a crise do COVID 19 atinge a Europa precisamente num momento em que os indicadores estruturais nestes domínios eram basicamente positivos.

Por ser uma crise simétrica, a nossa resposta comum deve estar assente no **“Pilar Europeu dos Direitos Sociais”**. Este deve ser parte do “ethos” da União Europeia, já

que, para tanto, dispõe do apoio unânime de todas as instituições da União aos seus princípios e direitos.

Mas, esta crise pandémica, sendo grave do ponto de vista económico-social, constitui, paradoxalmente, uma oportunidade de reforçar a sua implementação a fim de obstar às injustiças sociais, reforçar a capacidade de resiliência perante as crises, enquanto ajuda os cidadãos dos diferentes Estados-Membros a transpor as transições ecológica e digital.

Consequentemente, é o tempo adequado de implementar este Pilar, de modo coordenado, na União Europeia.

A planificação dessa implementação deve assim ser ousada e inequívoca, incluindo metas que, por um lado, vinculem e que, por outro, permitam um acompanhamento da progressão obtida.

As transições ecológica e digital desafiam o modo como se trabalha e se vive. É importante a adaptação individual e coletiva. Por seu turno, para se ultrapassar a crise pandémica, do ponto de vista económico e social, a recuperação tem de ser inclusiva, sustentável e resiliente.

